

ASSENTAMENTOS RURAIS DE CRATO-CE E SEUS ASPECTOS SOCIOECONOMICOS A PARTIR DE UMA OBSERVAÇÃO PARTICIPATIVA

Fernando Fernandes Damasceno Júnior¹

Maria Adriana Alves Dantas²

Erico John Correia Lopes³

Resumo

O trabalho consistiu em pesquisa de campo nos assentamentos, com aplicação de questionários, em que foi construído junto com os assentados uma análise sobre a importância e contribuição para o desenvolvimento local dos seus próprios assentamentos. Este trabalho parte da hipótese de que os assentamentos rurais provocam impactos positivos na região onde estão inseridos, a partir da melhoria de vida de agricultores sem terras, da diversificação da produção e da geração de renda que circula no comércio local, impactando as comunidades ao seu entorno, como todo o município onde esteja instalado. Além disso, o estudo também traz uma caracterização de todos os assentamentos de Crato, tanto os originados pelo acesso ao Programa do Crédito Fundiário como das ações dos movimentos sociais do campo, como o MST, e com isso refletiu-se também sobre a diversidade de concepções da Reforma Agrária e os tipos de assentamentos rurais formados.

Palavras-chave: Crédito Fundiário. MST. Desenvolvimento Local.

Introdução:

Nos primórdios do Brasil, quando as terras foram retiradas da posse coletiva dos índios, ela foi repartida entre uma pequena elite que concentrou em suas mãos até hoje grandes extensões de terra. Fazendo do país um dos primeiros da lista em concentração fundiária do mundo. E possuindo também um contingente que soma mais de dois milhões de famílias sem-terra.

Diante de um quadro como este, debates sobre reforma agrária sempre vem à tona, escancarando contradições e opiniões guiadas pelos mais variados interesses. É uma diversidade de concepções levantadas em vários momentos históricos do Brasil, análises pró e contra a execução da reforma agrária. E dentro desse debate costuma se analisar a importância política, social e econômica que os assentamentos rurais vêm cumprindo nas regiões que estão instalados.

O Brasil nunca teve um governo que priorizasse a resolução da falta de terra para milhões de famílias, graça a influência política da elite agrária em todas as esferas do poder. Mas mesmo com o descaso do Estado brasileiro, as lutas e conflitos envolvendo camponeses

¹Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (UFRGS) e membro do Movimento dos Atingidos por Barragens. E-mail: fernandofdjuniior@gmail.com ;

² Engenheira Agrônoma pela Universidade Federal do Cariri - UFCA e membro do Movimento de Mulheres Camponesas. E-mail: adriana_dantas@hotmail.com ;

³Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS e membro do Movimento dos Atingidos por Barragens. E-mail: ericojcl@gmail.com .

sem terras e latifundiários existiram e obrigaram o Estado responder a situação. E mesmo assim, o que acontece no Brasil é muito mais uma política de assentamentos do que ações do Estado para efetivar a reforma agrária. E isso está ligado as análises sobre reforma agrária que permeiam e hegemonizam nossa sociedade hoje, e iremos discutir neste trabalho as principais concepções que abordam a reforma agrária a partir da sua dinâmica material, considerando as disputas que há nas concepções e também nos territórios, e quais os tipos de assentamentos que se resultam.

Partindo dessa diversidade em torno da reforma agrária e da diversidade de assentamentos, se analisará como se materializou essas disputas e a implantação e consolidação de assentamentos rurais no município de Crato-Ceará, caracterizando-os e observando os impactos sociais e econômicos que estes vêm promovendo na vida das famílias assentadas, das comunidades ao entorno e no município.

Tomaremos por base a hipótese de que a formação e consolidação de assentamentos rurais sempre implicam em impactos positivos nas regiões que se estabelecem. Mudanças sociais no município e nas comunidades ao entorno, devido o número de políticas públicas direcionadas especificamente aos assentados e a capacidade política destes em reivindicar melhorias que beneficiam para além dos assentados. E também o impacto na economia local, a partir da a renda gerada dentro dos assentamentos e a circulação dentro do comercio local.

A Questão Agrária brasileira

Segundo Stédile (2005), questão agrária é um conjunto de análises e interpretações sobre a realidade agrária, que tenta explicar como se organiza a posse e propriedade, utilização e uso das terras. O autor também afirma que esses estudos no Brasil são recentes, datam da década de 60, iniciada por uma demanda política de organizações da sociedade civil, e não de universidades ou órgãos de Estado.

Para Germani (2006) a estrutura e organização do espaço rural hoje no Brasil foram construídas em uma trajetória histórica e social marcada pela apropriação privada de terras livres, iniciada pelos portugueses no período da colonização. E que toda essa apropriação resultou em uma concentração fundiária, que não se resolveu no decorrer da história, pelo contrário, se fortaleceu, e hoje coloca o Brasil no ranking dos países com maior concentração de terra e desigualdade do mundo e com um número de milhões de famílias de trabalhadores rurais sem terra.

Concessões de terras pelo Rei de Portugal, Sesmarias e as Capitánias hereditárias foram apenas as primeiras medidas adotadas que conformariam grandes latifúndios e a existência de uma elite agrária brasileira, que com a Lei da Terra se fortalecem, devido possuírem ali um instrumento legal para permanecerem com o monopólio da terra e que proibia a aquisição de terras devolutas que não fosse por outro meio a não ser a compra. Firmando a terra como uma mercadoria, excluía cada vez mais e deixava um contingente de trabalhadores sem terras, principalmente escravos negros que dias após essa medida seriam libertos (GERMANI, 2006)

Guanziroli (2001) aponta que ainda temos no Brasil um número de mais de 2 milhões de famílias que demandam por terra e projetava que era é número crescente no decorrer dos anos. Os demandantes seriam todos ocupados na agricultura, como trabalhadores temporários, parceiros, arrendatários, ocupantes, desempregados rurais, entre outros. O autor também afirma que estimar é complicado devido a diversidade de situações no campo, mas é necessário para entendermos o tamanho do problema da concentração fundiária no Brasil.

Observar os números da estrutura agrária nos faz perceber melhor o quanto é concentrado a terra nos dias de hoje. O censo agropecuário de 2006, realizado pelo IBGE, é uma das últimas pesquisas oficiais sobre o tema. O próximo censo provavelmente vá a campo em 2016.

Os números do censo mostram a alarmante concentração fundiária no país: 45 % das terras estão nas mãos de 0,92% propriedades rurais, enquanto isso 48% de propriedades só detém 2,3% das terras.

Os estados mais desiguais na distribuição de terra, segundo o censo, são Alagoas, Maranhão, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Apontando que tanto no Centro-Oeste como no Nordeste a desigualdade acompanhou a “modernização produtiva”.

Tabela 01: Números da concentração de Terra no Brasil.

Área	Área ocupada em hectares	Área ocupada em %	Total de estabelecimentos	Total de estabelecimentos, em %
Menos de 10 há	7.798.777	2,34	2.477.151	47,86
De 10 a 100 há	62.893.979	18,85	1.971.600	38,09
De 100 a 1.000 há	112.844.186	33,82	424.288	8,2
1.000 ha ou mais	150.143.096	45	47.578	0,92

Fonte: IBGE, 2006.

Outras pesquisas realizadas depois do censo do IBGE apontam que a concentração de terras não vem diminuindo, pelo contrário, segundo os pesquisadores do projeto Atlas da Terra Brasil 2015 (CNPq/USP), a concentração de terras em propriedades privadas aumentou cerca de 2,5% entre 2010 e 2015. Ocorrendo uma diminuição de minifúndios, pequenas e médias propriedades, e para além de um aumento da concentração, as áreas improdutivas que não vem atendendo os critérios da função social da terra, também crescem.

O Atlas da Terra Brasil também frisa que a conceito de produtividade também atende a interesses, este índice das propriedades agrícolas está tomando como referências dados defasados ainda do ano de 1980, quando foi calculado a última vez, e caso este índice for atualizado aumentará ainda mais a faixa de área considerada improdutiva.

A organização em nível nacional de todos esses segmentos de trabalhadores “sem-terra” que sempre existiu, hoje se dar de forma articulada nacionalmente através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que atuam desde 1985 realizando ocupações em terras sem uso, públicas e privadas exigindo o cumprimento da lei sobre a questão social da terra. E durante todo mês de Abril de cada ano, intensificam por todo país ocupações e ações questionando a estrutura agrária, em memória aos trabalhadores sem-terra mortos pela polícia militar no massacre de Eldorados dos Carajás, que aconteceu em 17 de abril de 1996, no estado do Pará.

A diversidade da Reforma Agrária

Até 2009, segundo o Dataluta (2011), um pouco mais de 1 milhão de famílias tiveram acesso a terra, é um número de famílias distribuídas em torno de 26 mil assentamentos rurais pelo Brasil. A diversidade da origem desses assentamentos permite classifica-los em alguns tipos, como veremos adiante. E interpretar assentamentos também nos exige considerar as concepções de reforma agrária, que cada vez mais está sendo pensada a partir da realidade dos assentamentos.

Há diferentes análises sobre o que é e como deveria ser a reforma agrária no Brasil. É uma discussão, com várias posições e polemicas que vai desde os que acham inviável e desnecessária nos dias de hoje, aos que a defendem como uma forma de promover justiça, resolvendo um problema histórico do país. E como nos observa Fernandes (2005) é importante salientar que as posições conceituais são ligadas a visões de mundo, a intencionalidades,

podendo no conteúdo do conceito considerar conflitos, ou tentar escondê-los, podendo concordar com a ordem vigente ou apontar suas contradições, questioná-la.

Segundo Caco (2013) no Brasil várias ações vêm sendo reconhecidas pelo Estado como reforma agrária, medidas e ações que não necessariamente mechem na concentração fundiária, como o caso da regularização fundiária, do reconhecimento de territórios, compra e incorporação de terras. Para esse autor, a reforma agrária devia causar alterações na estrutura fundiária por meio de desapropriações em benefício dos camponeses, mas outras medidas que fornecem terra e títulos de posse, entre outras políticas, como as de crédito, também devem ser defendidas porque fortalecem o campesinato enquanto classe social.

O presidente do INCRA em 2010, Holf Hackbart, em entrevista em junho daquele ano ao Jornal Zero Hora, de Porto Alegre-RS, afirmou que o mais importante é saber se famílias foram ou não beneficiadas pelos programas destinadas a reforma agrária, mesmo que os assentamentos tenham sido originados através da regularização fundiária, essas políticas devem ser tidas como reforma agrária porque ofereceram crédito, assistência técnica e infraestrutura a comunidades que antes não os tinham. Com isso, para Hackbart o importante é nomear como sendo de reforma agrária para poder garantir alguns direitos, com a verba destinada para essa reforma.

Para Fernandes (2010) o que vem acontecendo no Brasil é uma política de assentamentos e não uma política efetiva de reforma agrária. Para o autor, desde FHC o sentido e o conceito clássico da reforma agrária, ligado a economia e ao desenvolvimento e consolidação do capitalismo, tem perdido o significado e seu espaço. A desapropriação de terras como medida para alterar a estrutura agrária, tem perdido força na correlação que mantém a reforma agrária na pauta política. Todo esse cenário e discussões apontam para uma necessidade de reconceitualização da reforma agrária, não mais tratado apenas na dimensão econômica.

O MST, um dos maiores movimentos sociais do mundo que nasce da luta pela terra, também vem aperfeiçoando sua concepção de reforma agrária, passando a compreendê-la como uma discussão que vai para além do acesso à terra e além do econômico, abordando o social, o político e o acesso de tecnologias. É a denominada “Reforma Agrária Popular” que seria efetivada por nove princípios: 1-terra; 2- organização da produção no meio rural; 3-água; 4-política agrícola; 5- industrialização do interior do país; 6- um novo modelo tecnológico; 7- educação no campo; 8- infraestrutura social e; 9- instituições públicas.

Embasados nessas discussões, observaremos nesse trabalho a dinâmica material da reforma agrária e como medidas e ações dos mais diversos sujeitos vêm mudando o espaço rural brasileiro. E podemos considerar que no Brasil a reforma agrária é implementada a partir de dois modelos: a Reforma Agrária “convencional” e a Reforma Agrária de Mercado.

O município de Crato

Criado em 1764, Crato é um município brasileiro localizado no sul do Ceará, em uma distância de 550 km da capital do estado. Tem uma pluviosidade anual de 1090,0 mm, temperatura média de 24° a 26°, sendo encontrados os climas Tropical Quente Semiárido Brando e Tropical Quente Sub-úmido (IPECE, 2014).

Tem suas divisas ao norte com os municípios de Caririaçu e Farias Brito, ao sul com o município de Barbalha e o estado de Pernambuco. Ao Leste com Barbalha, Juazeiro do Norte e Caririaçu e ao Oeste com Nova Olinda, Santana do Cariri e o estado de Pernambuco.

Segundo o censo do IBGE de 2010, o município possui uma população de 121.428, sendo que deste total, 20.512 residem no meio rural, representando 16,89% da população, distribuídas em 5.377 domicílios registrados no campo cratense.

A agropecuária, formalmente é a sexta atividade em número de empregos formais, tendo uma participação com 2,79% no PIB em 2011 do município, segundo dados do Perfil Básico Municipal realizado pelo IPECE, em 2014. Um estudo que mostra um município com economia movida pela indústria, comércio, serviços e construção civil fortes, atividades que lideram na economia municipal.

Crato possui uma população majoritariamente urbana, e com taxa de urbanização de 83,11% em 2010, segundo estudos do IPECE. E mesmo o município ocupando terceiro lugar no ranking estadual de IDH em 2010, os elementos que apontam para qualidade de vida não são iguais no campo e na cidade. A população do meio rural cratense apresenta maiores taxas de extrema pobreza, comparada com a população urbana, pessoas extremamente pobres chegam a 25,93% no meio rural cratense, segundo o censo do IBGE de 2010.

Diante de um quadro de maior pobreza no meio rural, ações que objetivam dar autonomia e melhorar a perspectiva de vida das pessoas daquele meio, devem ser observadas e analisadas sua importância e resultados, para servirem como referência ou se ampliem no espaço. É onde entra a importância do estudo a assentamentos rurais, que em vários locais são importantes ferramentas na construção de um desenvolvimento justo no campo.

Na região onde Crato está inserido, o Cariri cearense, se estabeleceu atividades, desde a pecuária a grandes cultivos de cana-de-açúcar, que contribuíram para a configuração do meio rural na região. Foram relações que não fogem do comum no restante do país, que sofreram mudanças no decorrer do tempo, criando um cenário com muitos minifúndios, mas com grandes latifúndios, uns até do tamanho de todos os minifúndios juntos, como observa Silva (2010).

Segundo Leite (2013) na formação do município do Crato sempre foi presente uma oligarquia com grande influência nas cidades ao entorno e no Ceará. Desde o século XVII até a fundação de Juazeiro do Norte, em 1911, Crato teve projeção política em relação a outros povoados da região e isso devia ao sucesso de suas atividades agrícolas e comerciais. Mesmo ocorrido várias mudanças na força política e agrícola que expressava o município, Crato ainda hoje é nacionalmente conhecido por sediar um dos maiores eventos do agronegócio do Norte e Nordeste do país, a EXPOCRATO. Mostrando a força e influência que ainda possui alguns setores oligárquicos no município.

Por outro lado, o meio rural do Crato é cenário de uma das mais polêmicas e impressionantes histórias de organização de camponeses no país, o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, que sob liderança do Beato Zé Lourenço, encarregado por Padre Cícero de cuidar das suas terras no município do Crato, formou uma das maiores comunidades autossustentáveis da época, recebendo camponeses de vários lugares do nordeste vindos ao Cariri nas romarias e que formaram uma grande comunidade embasada nos valores de coletividade, trabalho e fé. Nos períodos de seca, conseguiu produzir e fornecer alimentos para lugares que havia fome. Toda essa organização era vista com assombro pelas oligarquias e governantes da época que decretaram seu fim, temendo e justificando que o Caldeirão do Crato podia virar um novo Canudos.

A história de Crato é marcada pela organização de camponeses, e depois do Caldeirão do Beato Zé Lourenço, só nos últimos anos é que o cenário rural do município começa a florescer algumas iniciativas que concretizam novas experiências de organização e trabalho dos agricultores. É assim que surgem vários assentamentos, que longe ainda de ser um “Caldeirão”, tem suas especificidades, importância e um motivo para existirem.

Metodologia

Este trabalho se baseou nos métodos da pesquisa qualitativa de estudo de caso em desenvolvimento e utilizou as técnicas de pesquisa de utilização de documentação indireta: a)

pesquisa documental: documentos históricos que podem ser encontradas em arquivos (públicos ou particulares, *sites* da *internet*, bibliotecas municipais, e acervo histórico dos assentamentos, etc.); b) pesquisa bibliográfica: livros, artigos e outros meios de informação em periódicos (revistas, boletins, jornais, etc.). E também utilizada documentação direta: a) pesquisa de campo; b) entrevistas; c) elaboração de questionários, etc.

Primeiramente, estudou-se e juntou-se materiais com a mesma temática deste trabalho, com objetivo de se construir o caminho da pesquisa, sistematizando elementos considerados importantes e juntar as fontes que servirão como referência.

Em seguida, delimitou-se o objeto de estudo, o município de Crato e o problema que seria estudado e a partir daí coletou-se dados utilizando o instrumento de questionários.

Com apoio do Instituto Flor do Pequi, foram listados todos os assentamentos do município, sua localização e uma lista de nomes de representantes destes. A partir daí foi elaborado um questionário que possibilitasse obter e descrever o perfil, as características estruturais no assentamento e nos seus entornos (saneamento, energia elétrica, transporte coletivo, escolas, postos de saúde etc.), fontes de recursos e despesas e atividades econômicas.

Para fins analíticos dividiu-se os assentamentos em dois grupos a partir da modalidade de Reforma Agrária. O grupo dos assentamentos criados pela associação de agricultores que acessaram programas do Estado para Reforma Agrária, o programa de Crédito Fundiário. E o grupo dos assentamentos criados pelas ações dos movimentos sociais, nesse caso existindo apenas um, que foi originado pela ação do MST.

Em seguida, foram realizadas visitas em cada assentamento, para coleta de dados, utilizando-se de técnicas como observação do participante, entrevista e método da história de vida. Entrou-se em contato com lideranças ou representantes dos assentados que foram considerados ‘chaves’ para obter as informações, aplicando o questionário, e levantando as várias hipóteses de impactos dos assentamentos rurais no município.

Foi aplicado um questionário para cada assentamento, e o perfil de cada um foi construído com as informações gerais obtidos na conversa e aplicação do questionário com as lideranças dos assentamentos.

Posteriormente, foi elaborado um segundo questionário, para ser aplicado com representantes das instituições apontadas em maior frequência como parceiras nos assentamentos. As instituições foram: a EMATERCE, o Instituto Flor do Pequi, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Crato e a Secretaria Municipal de Agricultura do

município. Esse novo questionário objetivou além de caracterizar o tipo de acompanhamento que essas instituições fazem e ir juntando mais elementos acerca dos assentamentos e construindo uma análise sobre a importância e limitações dos assentamentos no município.

Considerou-se no estudo as unidades que beneficiam mais de uma família, mesmo que possam ser encontrados graus de parentesco entre elas, mas que tenham sido formados por meio de uma associação e sua criação tenha beneficiado um coletivo de agricultores sem-terra. Utilizou-se o termo 'assentamento' para todas essas unidades rurais com mais de uma família.

E, por fim, todos os dados e informações obtidas foram sistematizados e analisados considerando os objetivos desse trabalho.

Aspectos sociais, políticos e econômicos

Atualmente, no município do Crato existem nove assentamentos rurais. Alguns são chamados também de Unidades Produtivas, principalmente os que foram originados do Programa do Crédito Fundiário (Alegre Fruta, Caldeirão do Bom Sucesso, Cipó, Engenho da Serra, Jenipapo, Malhada, São Silvestre e Varzinha), programa que dentro de alguns de seus critérios, colaborou para a implantação dessas unidades na região, nas quais são vinculadas apenas a uma família.

Dentre os nove assentamentos locais, apenas um foi formado a partir da ação de movimentos sociais, o Assentamento 10 de Abril, que surgiu a partir de uma ocupação de terra dirigida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, que gerou um fato político no município e obrigou os governantes a intervirem no conflito, resultando dessa ação, compra pelo Estado, via INCRA, de uma propriedade próxima à ocupação, que foi destinada para os trabalhadores sem-terra.

Os outros oito assentamentos foram originados a partir da compra de terras, pelos próprios agricultores, orientados e acompanhados pela EMATERCE, ou pela organização não governamental, Instituto Flor do Pequi.

Historicamente, desde a década de 90 o cenário rural da cidade de Crato vem se modificando. O primeiro assentamento rural do município resultou de um conflito de terra ocorrido em 1991, de onde, a partir de então, observou-se a organização de inúmeros agricultores sem-terra que buscaram o acesso a terra por outros meios, como o acesso aos programas de financiamento do Estado. Nesse contexto, surgem dois assentamentos em 2001, um em 2004, outro em 2006, mais um em 2007, outro em 2009 e dois em 2013, formando-se,

assim, um novo cenário, onde tem-se hoje 3.966 hectares na zona rural do município como área de assentamentos, ocupada por 117 famílias.

Enfatiza-se a história de cada assentamento, com especificidades que devem ser consideradas. Há assentamentos, por exemplo, com 15 e 25 anos, com um processo avançado de consolidação e outros com 3 anos, com inúmeros problemas para implantação, onde os agricultores ainda esperam recursos para estrutura básica, como habitação. Nesse caso, atenta-se para o fato de não se poder utilizar os mesmos critérios de avaliação para assentamentos com diferentes níveis de consolidação.

Um problema comum encontrado em assentamentos rurais, como também observa Vasconcelos (2009), é o abandono da terra. Com exceção do assentamento 10 de Abril que teve maior parte das desistências de famílias ainda no processo de luta pela terra, em que envolveu conflitos, transferência de local, período de espera pela terra e dificuldades na implantação, os demais assentamentos até hoje não chegaram a 50% de desistências e abandono da terra. Abaixo podemos observar melhor a desistência por assentamentos.

Tabela 06: Número original de famílias e desistências nos assentamentos rurais de Crato.

Assentamento	Número original de famílias	Número de desistências
Alegre Fruta	9	3
Caldeirão do Bom Sucesso	15	1
Cipó	4	0
Engenho da Serra	7	0
Jenipapo	12	0
Malhada	10	2
São Silvestre	18	7
Varzinha	3	0

Fonte: Elaborada pelo autor, janeiro de 2016.

Na maior parte dos assentamentos, foram apontados como motivos para desistência questões ligadas à organização interna do assentamento. Além disso, segundo Alencar (2005) a desistência e abandono da terra pelas famílias em assentamentos são associados a diversos fatores: como a falta de condições propícias para produção agrícola, como crédito, questões naturais, ausência de políticas direcionadas para o campo e o entendimento e experiências de organização que os agricultores tinham antes do assentamento. Dialogando com Ramos Filho (2008) que observa a importância da organização dos agricultores antes da implantação dos

assentamentos, por isso refletir na consolidação desses, o autor também observa que principalmente, os agricultores que acessam os programas de financiamento e compra da terra, não tem muitas vezes experiência organizativa e possuem um grau de consciência política menor que assentados oriundos da luta pela terra. Isso foi observado na pesquisa, onde dos oito assentamentos do Crédito Fundiário em Crato, apenas dois é composto por agricultores que já tiveram experiência organizativa em associações comunitárias, o Jenipapo e São Silvestre, os demais só se organizaram e fundaram associação para a compra da terra, por ser exigência do programa.

Os problemas de questão interna também são relacionados com a organização para o trabalho nos assentamentos. Em alguns assentamentos a desistência também era associada a uma incapacidade dos agricultores desistentes em desenvolver trabalhos em coletivo, onde todos os assentamentos na sua implantação iniciaram assim. Hoje, apenas três assentamentos desenvolvem todas suas atividades em coletivo, que são o Cipó, Engenho da Serra e Varzinha, e esses três assentamentos são os compostos por membros com maior grau de parentesco, como pai, filhos e irmãos. Quatro assentamentos se organizam em um sistema misto de trabalho (Jenipapo, Malhada, São Silvestre e 10 de Abril), combinando lotes e trabalho individuais e desenvolvendo pelo menos uma atividade em coletivo, onde em todos é observada a pecuária como atividade coletiva. E dois assentamentos se organizam em um sistema individual de trabalho, o Alegre Fruta e Caldeirão do Bom Sucesso.

O assentamento Alegre Fruta foi implantado em 2004 e é o que mais apresentou problemas de organização interna e conflitos, influenciando inclusive para que os agricultores não conseguissem pagar as parcelas da compra da terra pelo programa do Crédito Fundiário, sendo o único assentamento que está nessa situação de débito.

O que foi observado é que mesmo os agricultores antes das implantações dos assentamentos não terem experiências de organização, a maioria deles já tinha uma pré-disposição para o trabalho coletivo, é assim que todos se iniciaram com esse sistema de trabalho. E mesmo sendo citados vários problemas de organização interna, sete dos nove assentamentos ainda desenvolvem pelo menos atividade em coletivo e as desistências em nenhum chegou a níveis de 50% após a implantação do assentamento. O individualismo foi também citado como problema crescente em alguns assentamentos e isso refletem na identidade do assentado.

Em todos os assentamentos é observado que há uma forte identidade das famílias enquanto trabalhadoras rurais, ligado à questão da sua origem e relações sociais que vivenciaram antes dos assentamentos. Mas a identidade de ‘assentado’ é encontrada em níveis diferentes em cada assentamento, isto é, em assentamentos com um processo de individualização maior, menor é essa identidade. Segundo Chelotti (2003) essa identidade de ‘assentado’ cumpre um importante papel na articulação em um assentamento, porque vai dar o sentido de pertencimento a um coletivo, grupo social e território.

Em quase todos os assentamentos foram encontrados laços de parentesco, onde segundo Vasconcelos (2009) isso é algo comum nos assentamentos rurais. Mas existe três em Crato em que a seleção das famílias se deu pelo grau de parentesco, foi assim em Cipó, Engenho da Serra e Varzinha, no caso todas as famílias de cada um têm graus de parentesco bem próximo, são pais, filhos, netos, sobrinhos, irmãos.

No quesito de produção agrícola e pecuária, é encontrada nos assentamentos uma produção diversa, que são destinados para a subsistência das famílias assentadas, para mercados institucionais como o PAA, comercializados em feiras da cidade e também nas comunidades no entorno. Alguns assentamentos só produzem para a subsistência das famílias e muitos desenvolvem atividades de sequeiro. E todos os assentamentos apontaram problemas com a falta de água para ampliar e melhorar a produção. Alguns que possuem algum reservatório de captação e armazenamento de água, como poços, cacimbas ou cisternas de uso coletivo, é que conseguem diversificar e ter níveis de produção maiores.

Os assentamentos 10 de Abril, Varzinha, Alegre Fruta e Cipó praticamente só trabalham com culturas de sequeiro e são os que apresentam maiores problemas com a falta de água. A produção nesses assentamentos é de subsistência, com milho, feijão e mandioca, onde apenas o 10 de Abril produz e comercializa nas comunidades no entorno e feiras da cidade algumas hortaliças como coentro, devido possuírem áreas de mandala com reservatório de água. Em todos esses assentamentos também é desenvolvido a pecuária com a criação de bovinos e o 10 de Abril, pra além de bovinos também desenvolve apicultura.

Outros cinco assentamentos: Jenipapo, Malhada, São Silvestre, Caldeirão do Bom Sucesso e Engenho da Serra, também possuem problemas com a falta de água, mas dispõe de uma estrutura mínima de poços, cisternas coletivas, açudes, cacimbas e em alguns nascentes e rio onde os assentados conseguem diversificar e aumentar a produção. Esses assentamentos, além de feijão, milho, mandioca e coentro, produzem também algumas frutas, como banana,

abacaxi, mamão, melancia e maracujá, arroz, fava, amendoim, palma, pepino, andu, gergelim, entre outras.

Nesses assentamentos, quanto à pecuária, foram encontrados rebanhos de bovinos, ovinos, suínos, de aves e também apicultura. São sistemas produtivos, que disponibilizam produtos para o PAA, comercializam seus produtos nas comunidades no entorno, em feiras e comércio da cidade, além de muitos assentados já estabelecem relações diretas com o consumidor, cortando o papel do atravessador.

O assentamento Jenipapo se destaca na produção de mel, contado com estrutura de beneficiamento. O Engenho da Serra se destaca na produção de frango, possuindo também estrutura de criação e manejo de frangos de corte e o São Silvestre se destaca na produção de leite, contribuindo no abastecimento e direção administrativa da CAPPMA, que é a primeira agroindústria de leite da agricultura familiar do estado do Ceará.

Sobre a produção agrícola e uso de agrotóxicos, apenas três desses assentamentos citaram que não usam nenhum tipo de agrotóxico: Varzinha, Alegre Fruta e 10 de Abril, e o último, inclusive apontou como sendo proibido, segundo acordo estabelecido pela associação do assentamento. Os demais assentamentos utilizam a prática de uso só em casos excepcionais e específicos como para o combate de formigas e cupins, e outros utilizam nas culturas, mas demonstraram preocupações e interesse em substituí-los por produtos e práticas alternativas.

A maioria dos assentamentos apontou que a renda média de seus assentados vai até um salário mínimo. Apenas dois assentamentos a renda média vão de um a dois salários: Malhada e São Silvestre. E todos os assentamentos apontaram que compram insumos e outros objetos e produtos que não produzem na sede do município, ficando e circulando toda a renda gerada nos assentamentos no próprio município.

A assistência técnica nos assentamentos é executada por três entidades, o Instituto Flor do Pequi, a EMATERCE e a Secretaria de Agricultura de Crato. Seis dos nove assentamentos são acompanhados por técnicos do Instituto Flor do Pequi (Alegre Fruta, Caldeirão do Bom Sucesso, Cipó, Engenho da Serra, Malhada e Varzinha), três pela EMATERCE (São Silvestre, Jenipapo e 10 de Abril) e um acompanhado pela EMATERCE e Secretaria Municipal de Agricultura (Jenipapo).

Todos os assentamentos acompanhados pelo Instituto Flor do Pequi avaliaram a assistência técnica como boa ou ótima. E todos acompanhados pela EMATERCE e Secretaria Municipal de Agricultura avaliaram a assistência técnica como ruim ou razoável devido à

descontinuidade no acompanhamento e os técnicos aparecendo nas áreas esporadicamente. Isso evidencia a deficiência do Estado e governos em executar uma política de assistência técnica e extensão rural para os assentamentos e agricultura familiar como um todo de forma constante e ao mesmo tempo eficiente.

A assistência técnica e Extensão rural são de responsabilidade do Estado, como próprio cita a PNATER de 2010, mas como acontecem chamadas públicas para a execução de assistência técnica, organizações não governamentais são autorizadas a prestar esse serviço concorrendo editais e acessando recursos públicos. Esse é o caso do Instituto Flor do Pequi, que há dez anos assiste a acompanha comunidades em dezenas de municípios cearenses.

Questionada sobre o caso, o Instituto Flor do Pequi, responde que a sua razão de existir e ter surgindo, vem no sentido de suprir a defasagem e ausência de assistência técnica prestada pelo Estado. A EMATERCE aponta que recursos destinados à assistência técnica são insuficientes e a Secretaria Municipal de Agricultura reconhece a falta de assistência técnica prestada pelo Estado e município e aponta isso como uma das principais limitações dos agricultores e assentamentos.

Quanto à infraestrutura, todos os assentamentos possuem eletricidade. Com exceção de Varzinha e Cipó, todos possuem moradias construídas com recurso de habitação para a reforma agrária, e levantadas em sistema de mutirão pelos assentados. Varzinha e Cipó são os assentamentos mais recentes, criados em 2013, e ainda não receberam esse recurso. Nenhum assentamento possui dentro da sua área um posto de saúde construído e com exceção do 10 de Abril nenhuma escola também, buscando serviços de educação e saúde em comunidades no entorno ao na sede do município.

No assentamento 10 de Abril o prédio da escola funcionava algumas séries do ensino fundamental e creche, mas com a política de fechamento de escolas do campo adotada pela Prefeitura de Crato nos últimos anos, a escola do assentamento teve cancelado o ensino fundamental, sendo avaliado pelos assentados como algo muito negativo.

Dois dos nove assentamentos não recebem visitas e orientações de alguma agente de saúde, o 10 de Abril e o Engenho da Serra. E em apenas três há coleta de lixo (Jenipapo, São Silvestre e Alegre Fruta), os outros seis assentamentos, por não possuírem esses serviços, afirmaram que existem famílias que queimam o lixo acumulado. Refletindo a ausência de uma política de educação ambiental e coleta de lixo para o meio rural do município de Crato.

Todos os assentamentos possuem famílias que recebem o benefício do Bolsa Família e cinco dos nove assentamentos já acessaram uma das principais políticas específicas para agricultores assentados, o PRONAF A, são eles: São Silvestre, Caldeirão do Bom Sucesso, Malhada, Jenipapo e 10 de Abril. Os outros têm interesse de acessar o PRONAF, mas alguns possuem motivos específicos para ainda não terem recebido, Varzinha e Cipó só poderão acessar essa e outras políticas específicas para assentados quando pagarem a primeira parcela da compra da terra, lembrando que esses são os mais recentes assentamentos. O Alegre Fruta também ainda não acesso, devido ter atrasado no pagamento da primeira parcela.

De modo geral é observada uma necessidade e expectativa em todos os assentamentos de mais recursos para a infraestrutura e crédito para a produção, principalmente. Isso faz referência as perspectivas de como deve ser implantado assentamentos e que Bergamasco (1996) já nos observava sobre a importância da reforma agrária para além de dar a terra, também disponibilizar condições e meios adequados para se usar e permanecer nela, gerando renda e incentivando a organização social e a vida comunitária, pois caso não houver condições de trabalho, recurso financeiro e técnico é observado que aquelas famílias permaneçam ou agravem sua condição de pobreza, o que não é esperado quando se cria um assentamento.

Questionados sobre a importância e contribuição que tem para o desenvolvimento do município de Crato, quatro assentamentos compreendem que são importantes e que contribuem: o Engenho da Serra, São Silvestre, Caldeirão do Bom Sucesso e o 10 de Abril. Das justificativas citadas há a questão da produção agrícola e pecuária, que abastecem feiras na cidade e as comunidades do entorno e que também são direcionadas para o PAA.

Outra questão citada é a visibilidade que os assentamentos dão para o município, a participação em feiras de produtos, inclusive beneficiados em agroindústria dos agricultores como é o caso do São Silvestre. E outro fator, citado pelo 10 de Abril é sua importância política para o município, já que o assentamento reviveu a história do Caldeirão do Beato Zé Lourenço.

O Jenipapo e a Malhada se compreendem importantes, mas que poderiam contribuir mais e desejam por isso. Os outros assentamentos Cipó, Varzinha e Alegre compreendem que não são importantes, mas querem ser e contribuir para o desenvolvimento do município, apontaram algumas questões como limitadoras para uma expressão externa, são problemas internos, falta de acesso a recursos para melhorar e ampliar a produção e falta de água. Atentando-se para o fato de que Cipó e Varzinha são assentamentos recentes e de que o Alegre

Fruta possui conflitos internos que refletiram inclusive no atraso da parcela da compra da terra, após esse pagamento conseguiriam acessar algumas políticas específicas para assentados.

Outra questão observada é que com os assentamentos houve uma melhoria na qualidade de vida dos agricultores associada à terra e ao trabalho. Questionados se a vida havia mudado após a implantação do assentamento, todos, inclusive os assentamentos recentes e os que têm vários problemas internos, responderam que a vida mudou para melhor. Todos demonstraram uma satisfação com a posse da terra, por terem moradia própria e por não terem mais patrão.

Analisando-se o grau de relação entre as organizações públicas, não governamentais e da sociedade civil com os assentamentos, aqueles foram apontados como parceiros. As organizações mais citadas foram a EMATERCE, Instituto Flor do Pequi, Secretaria Municipal de Agricultura e o STTR de Crato.

Sobre as limitações dos assentamentos, os considerados parceiros apontaram como influenciadores: as dificuldades na gestão social, dificuldades na produção devido à falta de água, a dificuldade de acesso ao crédito, o baixo escoamento da produção, ausência de uma assistência técnica contínua, conflitos internos e o individualismo crescente.

Os impactos sociais e econômicos dos assentamentos, segundo os parceiros, estão relacionados à melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas, a diversificação da produção agrícola do município e o fortalecimento do mercado e economia local.

Todos os parceiros avaliam como importante a existência de assentamentos, porque possibilitam a permanência de inúmeras famílias no campo, com sucessão e sustentabilidade, evitando o êxodo rural, dando dignidade aos trabalhadores rurais.

No que se refere aos assentamentos mais promissores, foram citados São Silvestre como um importante modelo de produção e de relações associativas. Engenho da Serra, Caldeirão do Bom Sucesso, Jenipapo e Malhada também foram apontados como os mais promissores que, apesar das várias dificuldades, vem apresentando uma produção agropecuária significativa, mesmo por já estarem adimplentes com o pagamento da terra, e onde parte das famílias já acessarem mercados institucionais como o PAA e algumas políticas como o PRONAF. O 10 de Abril também foi citado como um assentamento que aglutina vários projetos e como exemplo de relações associativas. E o Alegre Fruta foi apontado como o assentamento com bases mais frágeis para sua consolidação e desenvolvimento, devido dificuldades nas relações associativas, conflitos internos, atrasos no pagamento da terra e baixa produção agropecuária.

Sobre o Programa do Crédito Fundiário, todos os parceiros o avaliaram como positivo, avaliando que esse programa tem mudado para melhor a vida de inúmeros trabalhadores rurais, que adquirem terra a partir de juros e facilidades de pagamento, para além de garantir estruturas como casa e cerca. Segundo a EMATERCE é necessário haver menos burocracia para o acesso a esse programa.

E sobre as ações dos movimentos pela Reforma Agrária, como o MST, todas as organizações avaliam como positivas, com exceção da Secretaria Municipal de Agricultura, onde seu representante afirmou ser desnecessário os conflitos já que existe hoje o Programa do Crédito fundiário que também garante acesso a terra. A representante da EMATERCE e STTR avaliam as ações do MST como importantes, porque já desencadearam inúmeras mudanças e benefícios para os agricultores.

Considerações Finais

Esta pesquisa representa um material que sistematiza a experiência de vários agricultores na busca pela terra que originaram os novos assentamentos rurais existentes hoje no município, construindo com os próprios assentados uma análise sobre a importância e contribuição dos assentamentos para o desenvolvimento local.

Concluiu-se que os impactos tendem a ser diferentes conforme evolui cada tipo de assentamento. Na verdade, diante disso, pesquisas com metodologias dessa natureza não se conclui de forma direta.

O que se constata é a forte dinâmica dos assentamentos, como entidades ativas e vivas que evoluem a partir do tempo, com as mais variadas influências externas e internas. No presente estudo, percebeu-se nos novos assentamentos, a representação de uma infinidade de experiências, histórias, sucessos ou problemas superados ou agravados no decorrer do tempo.

Sendo reconhecida sua importância ou não pelos governos ou pela própria população, os assentamentos rurais têm uma importância inegável, principalmente para as 117 famílias assentadas no município, que mudaram sua condição de vida, de trabalhadores rurais sem terra para assentados. Ter terra para morar e trabalhar tem um significado positivo enorme no subjetivo de cada família, possibilitando uma melhoria na qualidade de vida de todas elas.

Ter terra é só o primeiro passo, sendo necessária a garantia de inúmeros outros direitos para efetivar a melhoria da qualidade de vida dessas famílias, possibilitando condições básicas para a produção, sua reprodução e manutenção. E o observado foi que há uma grande

necessidade por estruturação em todos os assentamentos do município. Mesmo assentamentos do Crédito Fundiário e do MST/INCRA serem diferentes na organização, no nível de consciência política, na origem, esses dois tipos de assentamentos compartilham da mesma necessidade aqui em Crato, que é a de estruturação, principalmente que garantam condições para a produção, como a construção de corpos captadores e de armazenamento de água. Isso se liga também a outra dificuldade dos assentamentos que é o acesso a crédito e recursos necessários a essa estruturação.

A infraestrutura municipal, como estradas e vias de acesso a esses assentamentos também deve ser melhorada para facilitar o escoamento de produção.

Educação e saúde também não são oferecidas de maneira adequada e contextualizada as condições dos agricultores. E diante disso, a atual política de fechamento das escolas do campo adotada pela Prefeitura de Crato vem na contramão das exigências sócias que consideram a permanência das pessoas no campo, atingindo assentamentos e toda a população rural de Crato.

A assistência técnica deve ser promovida de maneira contínua e atrelada a um projeto de desenvolvimento local que estimule nos assentamentos a produção diversificada, a preservação do meio ambiente e o beneficiamento da produção. E o estado e município precisam se comprometer na criação e execução de uma política de assistência técnica para assentamentos rurais.

Com a estruturação dos assentamentos e a garantia de condições de produção poderemos ver uma maior expressão e participação dos assentamentos no comércio local, mesmo alguns assentamentos já abastecendo feiras, PAA e comunidades ao entorno, com algumas medidas a produção pode ser melhorada, aumentada e diversificada, influenciando para o aumento de renda do assentado, que por vez também reflete positivamente para o comércio local.

Para isso, depende da vontade política de órgãos públicos municipais, estaduais e federais, organizações não governamentais, movimentos sociais e da participação ativa e reivindicativa dos assentamentos.

Referências Bibliográficas

ALENCAR. Francisco Amaro de. **Uma geografia das políticas fundiárias no estado do Ceará**. 2005. 297 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

BERGAMASCO, Sônia Maria. **O que são Assentamentos Rurais**. São Paulo, Brasiliense. 1996.

Boletim Dataluta, Presidente Prudente, 2008, 2010. Disponível em:
<<http://www2.fct.unesp.br/nera/>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. **A instalação de assentamentos rurais e a inserção de novos agentes no espaço agrário do município de Sant'Ana do Livramento – RS**. 2003. 215f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Desconstrução do texto**. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA. Presidente Prudente, 2005. Disponível em:
<http://www4.fct.unesp.br/nera/usorestrito/Desconstrucao_Texto_1.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Reconceitualizando a reforma agrária**. Boletim Dataluta, Presidente Prudente, 2010. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera/boletim>. Acesso em: 20 out. 2015.

FERNANDES, Elaine Nunes Silva. **O projeto de reforma agrária popular do MST e o socialismo**. In: Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina, 5, 2013, Maceió. Anais 2013.

GERMANI, Guiomar Inez. **Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro**. Salvador, GeoTextos, v. 2, n. 2, 2006. p. 115-147.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. **Agricultura Familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro, Garamond. 2001.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censos e Dados Estatísticos, 2006, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

IPECE – INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATEGIA ECONOMICA DO CEARÁ. Perfil Básico Municipal, 2014. Disponível em:
<http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2014/Crato.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2015.

LEITE, Maria Jorge dos Santos. **A influência das revoltas liberais no Cariri cearense e a “Sedição de Pinto Madeira”**. In: Simpósio Nacional de História, 27, 2013, Natal. Anais 2013.

PNATER – POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E REFORMA AGRÁRIA. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm>. Acesso em: 10 jan. 2016.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de Reforma Agrária e Reforma de Mercado (2003-2006)**. 2008. 392 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em

Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

SILVA, Judson Jorge. **Caldeirão e Assentamento 10 de Abril – Passado e presente na luta por terra no Cariri cearense**. 2010. 213 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

SILVA, Danielle Fabiane da. **A territorialização da Reforma Agrária de Mercado: a atuação do Movimento dos Atingidos pela Reforma Agrária de Mercado no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba**. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 21, 2012, Uberlândia. Anais 2012.

STEDILE, João Pedro (org.) **A Questão Agrária no Brasil**. O debate tradicional 1500-1960. São Paulo, Expressão popular, 2005. p. 15-31.

STEDILE, João Pedro. **Unidade dos trabalhadores por uma sociedade mais justa**. 2010. Disponível em: < http://www.pcdob.org.br/noticia.php?id_noticia=138073&id_secao=8>. Acesso em: 10 dez. 2015.

VASCONCELOS, Francisca Maria Teixeira. **“Reforma Agrária de Mercado” e Territorialização: Um estudo a partir do programa Cédula da Terra em Canindé – CE**. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 19, 2009, São Paulo. Anais 2009.